

A PROPOSTA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA OS ÍNDIOS DO INTERIOR DO BRASIL EM *O SELVAGEM* (1876) DE COUTO DE MAGALHÃES

THE PROPOSAL OF TEACHING THE PORTUGUESE LANGUAGE TO THE INDIGENOUS PEOPLE FROM THE INTERIOR OF BRAZIL IN *O SELVAGEM* (1876) BY COUTO DE MAGALHÃES

Esses homens ferozes, e temíveis em quanto não entendem a nossa língua, são de uma docilidade quase infantil, desde que entendem o que lhes fallamos. (CM, 1876, p. XXXII)

88

Maria de Lurdes Nazário

Professora do curso de Letras na UEG-UnU Itapuranga. Mestre em Letras e Linguística
mariadelurdesnazario@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste texto é apresentar e discutir a proposta de José Vieira Couto de Magalhães em *O Selvagem* (1876) de ensinar a língua portuguesa na segunda metade do século XIX para os índios do interior do Brasil (da Província do Grão-Pará, passando pela Província de Goiás até chegar a de Mato Grosso), com a finalidade de civilizar os selvagens. No entendimento de Couto de Magalhães, era preciso impedir que estes continuassem a ser um obstáculo para o povoamento de um vasto território do império, quando poderiam ser úteis para o desenvolvimento do país se houvesse meios para aproveitá-los. E o meio seria a língua, especificamente através do ensino da língua portuguesa a ser realizado pela pessoa do intérprete, militares que falassem a língua portuguesa e a língua geral tupi ou nheengatú. Essa proposta de ensino era uma estratégia para se efetivar o amansamento e a civilização dos selvagens com a finalidade de usufruir das riquezas do interior e da valiosa mão de obra do índio. Compartilhando do sentimento nacionalista do século XIX e da busca pelo desenvolvimento industrial e comercial desse período histórico, Couto de Magalhães defendia que tal medida era necessária para levar o interior ao desenvolvimento, e, evidentemente, também o Brasil, fortalecendo política e economicamente o novo estado-nação.

Palavras-chave: *O Selvagem* (1876). Ensino de Língua Portuguesa. Índios.

ABSTRACT: The aim of this text is to present and discuss José Vieira Couto de Magalhães's proposal in *O Selvagem* (1876) of teaching the Portuguese language in the second half of the 19th century to the indigenous people from the interior of Brazil (from Grão-Pará Province, passing through Goiás Province until to reach the one of Mato Grosso), in order to civilize the wild people. In Couto de Magalhães's understanding, it was needed to impede that these ones continued being an obstacle to populate a vast imperial territory, when it could be useful to develop the country whether there were ways to take advantage of it. And the way would be the language, especially through the Portuguese language teaching to be carried out by the interpreter, the military who spoke the Portuguese language and the general Tupi or Nheengatú language. This proposal of teaching was a strategy to become effective the taming and the wild people's civilization in order to enjoy the richness of the countryside and of the valuable indigenous workforce. By

sharing the nationalist feeling of the 19th century and of the search for the industrial and commercial development of that historical period, Couto de Magalhães defended that such action was needed to lead the interior to the development, and, evidently, also Brazil, strengthening politically and economically the new nation State.

Keywords: *O Selvagem* (1876). Portuguese Language teaching. Indigenous people.

Introdução

89

O livro *O Selvagem* de Couto de Magalhães foi publicado em 1876, tendo sido elaborado por encomenda de D. Pedro II, para compor o acervo da *Biblioteca Americana* da *Exposição Universal do Centenário da Independência dos Estados Unidos* na Filadélfia, no mesmo ano de sua publicação. A finalidade era fazer com que o mundo conhecesse o índio brasileiro e como ele seria “aproveitado” na economia da nação brasileira, demonstrando assim os esforços da raça conquistadora para chamar os índios à comunhão da civilização.

Nesse livro Couto de Magalhães explica sua estratégia para o aproveitamento dos índios do interior do país na economia brasileira: ensinar a língua portuguesa para os índios a fim de civilizá-los e torná-los úteis à nação. Para executá-la, elabora, então, um curso prático para formar intérpretes, compreendendo que sua obra *O Selvagem* deveria ser vista “como trabalho pratico, como methodo de ensino de lingua...” (CM, 1876, p. VII).

Fazemos aqui uma apresentação e discussão da proposta do autor na obra em questão, considerando questões sociais, históricas, culturais e político-econômicas próprias do século XIX. Para compreender o contexto de publicação de *O Selvagem*, expomos primeiramente uma rápida biografia do autor e apresentamos dados históricos que fomentaram o pensamento político, econômico e cultural do período, para enfim discutirmos a sua proposta.

1 Couto de Magalhães - biografia

José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), político, militar e escritor, nasceu em Diamantina. Teve uma formação católica no respeitado Colégio Caraça, em Minas Gerais, que foi conduzido pelos padres da Congregação da Missão. Teve também uma formação militar na Academia Militar do Rio de Janeiro. Em 1854, foi para São Paulo continuar seus estudos, formando-se em Direito em 1859 e doutorando-se na área em 1860. Estudou diversas

áreas do conhecimento (antropologia, astronomia, mecânica, física, matemática, medicina, filologia) e diferentes idiomas, tendo aprendido a falar francês, inglês, alemão, castelhano, tupi e muitos dialetos indígenas.

A família de Couto de Magalhães era de origem paulista, tendo sido ele descendente, por parte de sua mãe, a brasileira Teresa Antônia do Prado Vieira Couto, do português Mestre de Campo Tomé Antunes do Couto, que realizava serviços para a comissão científica e militar da coroa portuguesa. Tomé Antunes era avô do naturalista brasileiro José Vieira Couto (1752-1827), e este era avô do General Couto de Magalhães. José Vieira Couto era filho de família rica do Arraial do Tejuco (Diamantina), envolvida com o minério. Do lado de seu pai, sua descendência vem de Fernão de Magalhães, conhecido navegador português, antepassado de seu pai, o capitão português Antônio Carlos de Magalhães.

Couto de Magalhães assumiu o primeiro cargo público em 1860, como secretário da província de Minas Gerais, tendo sempre contado com a proteção de visconde de Ouro Preto, durante o período do segundo reinado no Brasil. Foi nomeado presidente das Províncias de Goiás (1863-64), Pará (1864-66), Mato Grosso (1867-1868) e São Paulo (1888-89), sendo o último presidente da Província de São Paulo quando a república foi proclamada. Foi ainda deputado por Goiás e Mato Grosso e fundou um *Colégio de Línguas Princesa Imperial Dona Isabel* para a educação de crianças indígenas em 1871. Monarquista convicto, afastou-se da política com a Proclamação da República (JORGE, 1970; MACHADO, 1998).

2 Contexto histórico da obra – O século XIX

O contexto sócio-histórico do século XIX no Brasil e no mundo nos ajuda a compreender o pensamento político de Couto de Magalhães.

O Brasil no século XIX passou por muitas transformações decisivas para seu futuro como nação independente: a vinda da família real (1808) que provocou mudanças sociais, políticas e culturais em todo Brasil, decisivamente no Rio de Janeiro; a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves (1815) e a sua independência política (1822), que fortaleceram o sentimento nacionalista já existente entre os brasileiros, fomentando a ideia de um estado brasileiro nacional.

Após a independência de 1822, o sentimento e o orgulho nacional se despertaram, favorecendo movimentos sociais em busca da consolidação da independência política de

Portugal. O projeto de construção de uma nova nação foi compartilhado por muitos, monarquistas e republicanos, mas cada grupo defendendo seus interesses políticos e econômicos. O fato era que a noção de nação brasileira se fundia no pensamento da sociedade nascida aqui, a qual lutava pela unidade nacional.

Na segunda metade do século, depois da independência já consolidada, o país passou por transformações como o progresso social com o fim da escravatura, o 1º código comercial e o início da industrialização. Fatos como a segunda Revolução Industrial influenciaram a economia brasileira, tendo a Inglaterra forçado o Brasil a abolir a escravatura em função de um desenvolvimento industrial e comercial (FAUSTO, 2000; ALENCASTRO, 1997).

Foi um momento de modernização capitalista que resultou na criação de um mercado de trabalho, da terra e dos recursos disponíveis nela (FAUSTO, 2000).

No plano político e cultural o Romantismo¹ representou o ideal romântico e liberal do século XIX de uma nação independente, valorizando o que é brasileiro, o que é da terra, em oposição à cultura europeia. Envolvido nesse contexto cultural, Couto de Magalhães mantinha relações com românticos como Joaquim Manoel de Macedo e o francês Ferdinand Denis (CM, 1876), um dos escritores românticos que mais influenciou o Romantismo brasileiro (COUTINHO, 1999).

O pensamento liberal e revolucionário difundido a partir da Revolução Francesa (século XVIII) possibilitou no século XIX movimentos democráticos e libertários no país (COUTINHO, 1999). E as medidas econômicas e políticas tomadas por D. João VI despertaram nos brasileiros o sentimento da sua personalidade, fortalecendo ideias latentes de autonomia e emancipação (VERÍSSIMO, 1998) próprias do período romântico e de valorização dos Estados nacionais.

Nesse contexto, a intelectualidade brasileira volta-se então para o Brasil, sua história, vida social, econômica e comercial, raça, flora e fauna, para a figura do índio. Com isso surge o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), do qual Couto de Magalhães foi sócio (COUTINHO, 1999).

3 A proposta de Couto de Magalhães

¹ No Brasil o Romantismo perdurou por 45 anos, tendo iniciado em 1836, com a publicação *Suspiros poéticos e saudades* de **Domingos José Gonçalves de Magalhães**.

Considerando o exposto, compreendemos que Couto de Magalhães vivenciou no século XIX um clima nacionalista e um furor pelo desenvolvimento econômico-social, os quais compunham o pano de fundo do contexto histórico em que se enquadra o pensamento do autor em sua obra. Couto de Magalhães, como homem do comércio e da indústria, via no interior do Brasil a oportunidade de levar o país à prosperidade econômica e política, em função dos ganhos financeiros que se poderia obter com a exploração das terras (com atividades extrativistas e pastoris) e do trabalho dos índios, podendo ser estes úteis ao estado-nação que se fortalecia. E para que isso fosse possível o amansamento dos selvagens era o primeiro passo a ser dado.

Já na capa o intuito do autor fica claro quando é explicado que o texto é um “Trabalho preparatório para o aproveitamento do selvagem e do solo por elle occupado no Brazil”, porque, segundo defesa do general Couto de Magalhães,

Em todo o Valle do Amazonas e seos grandes afluentes, quer no territorio do Brazil, quer nos da Bolivia, Perú, Nova Granada, Vesesuela, etc, o instrumento principal de riqueza não é nem a raça branca, nem a raça preta. A raça branca representa os misteres intellectuaes; mas o trabalho, a elaboração da riqueza que alli depende em tudo de industrias extractivas, é exclusivamente filha do antigo indio amansado naquelle valle pelos corpos de interpretes auxiliares indispensaveis da civilisação, e do missionario. (CM, 1876, p. XXVI-XXVII).

Para realizar o feito de aproveitar o selvagem e o solo brasileiro, o *meio* então a ser utilizado seria o ensino da língua portuguesa para os indígenas do interior² do país, uma região dominada pelos selvagens no século XIX, conforme relatos contidos no livro. Assim nas palavras de Couto de Magalhães,

Conseguir que o selvagem entenda o portuguez, o que é possível com um corpo de interpretes organizado com praças do exercito e armada que fallem ambas as linguas, e que, educadas nos arsenaes, se dessiminariam depois pelas colonias militares, seria a um tempo:

1º Conquistar duas terças partes do nosso territorio, que ainda não pôde ser pacificamente povoado por causa dos selvagens.

2º Adquirir mais um milhão de braços aclimados e utilissimos nas industrias pastoris, extractivas e de transportes internos, unicas possíveis por muitos annos no interior; esses braços são tambem os mais proprios para a povoação de nossas remotas fronteiras, os unicos aptos para desbravarem o interior, e serem os predecessores naturaes da raça branca, n'um solo ainda virgem.

² Da Província do Grão-Pará, passando pela Província de Goiás até chegar a de Mato Grosso (CM, 1876).

3º Assegurar nossas comunicações interiores para as duas bacias do Prata e do Amazonas.

4º Evitar no futuro grande effusão de sangue humano, e talvez despezas colossaes, como as que tem feito outros paizes da America. (CM, 1876, p. XV).

Nesses quatro tópicos, o autor explicita um plano político, econômico e administrativo para o interior do país, posicionando-se com o argumento de que tal plano se efetivaria quando o selvagem entendesse o português.

Em busca de apoio para seu propósito, expôs para a comissão da *Quarta Exposição Nacional* de 1875 o projeto de ensinar a língua portuguesa aos índios utilizando-se de intérpretes militares. Nesse texto, reproduzido em *O Selvagem*, o autor deixa clara a finalidade de civilizá-los em função da *utilidade* econômica dos índios para o desenvolvimento do país, sendo os selvagens “elementos indispensáveis de sucesso na luta pacífica [...] da elaboração da riqueza de um povo” (CM, 1876, p. XXIII). E pede à comissão que “em nome de interesses futuros muito preponderantes do imperio, que tome a si o recommendar o assumpto à atenção das classes pensantes de nossa patria.” (CM, 1876, p. XVII). Essa ação do monarquista materializa seu pensamento político e desenvolvimentista para o interior, reproduzindo os anseios nacionalistas para a pátria Brasil.

O objetivo era então fazer com o selvagem entendesse o branco colonizador, em busca de uma conquista pacífica de um território rico e vasto, além de usufruir do trabalho extrativista e pastoril que só esses índios e seus descendentes poderiam desempenhar em função dos seus conhecimentos, do seu modo de vida e das dificuldades de se viver no interior ainda não conhecido. Com isso, os selvagens seriam úteis, ajudando na produção de riquezas nacionais.

O general compreendia, assim como seus antepassados colonizadores, que fazer o índio aprender o *portuguez* era um passo fundamental para incorporá-lo à civilização, para realizar a colonização prevista pelo estado monárquico brasileiro no interior do país. Como o índio representava um obstáculo ao interesse da coroa brasileira de ocupação das terras do interior, sua proposta de ensino de língua era um meio necessário para civilizar os selvagens e tornar possível a exploração das riquezas escondidas nessa parte do país.

Nesse caminho, propõe a organização de um corpo de intérpretes, militares, falantes de língua portuguesa, que aprenderiam a língua tupi para ajudar nos contatos com os grupos indígenas a serem amansados e ensinar português para os selvagens, defendendo ser esta “uma das medidas mais econômicas e prudentes” que naquele momento poderiam tomar

(CM, 1876, p. XIV). Havendo também soldados nativos que falavam tupi, com pouco ou nenhum conhecimento do português, que poderiam aprender o português e serem também intérpretes.

O autor então elaborou o *Curso da Língua Geral ou Nheengatú*³, com a finalidade primeira de ser um material didático para formação de novos intérpretes. Esse curso foi elaborado seguindo o método Ollendorf, um modelo pedagógico de ensino de língua estrangeira para adultos. O Curso está dividido em duas partes, uma teórica e outra prática. Na teórica denominada *Parte synthetica ou resumo das regras da gramatica*, encontramos duas seções: *Do modo de ler* e *Resumo da Gramática*, nas quais o autor fez explicações (lexicais, fonético-fonológicas, morfológicas e sintáticas) a partir de suas observações e estudos sobre a língua tupi ou *nheengatú*. Na parte prática encontramos 17 lições e exercícios para que os aprendizes praticassem em língua tupi. Nas lições, há frases em português e tupi, com explicações sobre os usos da língua indígena, considerando aspectos dos diferentes níveis de análise linguística. Abaixo citamos um fragmento da *Lição Primeira*:

Minha espingarda.	Ce mukáua.
Meu pão.	Ce miapé.
Tem você a minha espingarda ?	Iné rerekó será ce mukáua. ?
Sim, senhor, tenho vossa espingarda.	Çupí tenhén, xa rekó ne mukáua.
Tem o seu pão ?	Iné rerekó será ne miapé (meapé) ?
Tenho o meu pão.	Xa rekó ce miapé.

Em todas as phrases interrogativas vem uma destas particulas : *será, tá, tahá,* ou *pá*, cujo emprego o uso ensinará. E' a unica distincção que ha entre as phrases interrogativas e as affirmativas a presença de uma dessas particulas, como já ficou visto nas orações precedentes, e sel-o-lia constantemente nas outras.

(CM, 1876, p. 15)

Na parte dos *Exercícios*, o autor explica que assim como foi feito nos diálogos de Ollendorf para atender as necessidades diárias de um homem em viagem pela Europa, redigiu diálogos para quem estivesse de viagem pelo interior do Brasil, escrevendo primeiro as frases

³ A obra *O Selvagem* (1876) está dividida em duas partes com textos que tratam: na primeira parte, do índio no Brasil e do futuro do Brasil, considerando o papel econômico do índio para a nação que está se formando e do *Curso de Língua Tupi Viva ou Nhenhegatú* para formar intérpretes no século XIX; na segunda parte, de temas como o homem americano, o homem no Brasil, línguas, raças selvagens, família e religião selvagem e o grande sertão interior.

em português e depois em tupi, pedindo que a parte em tupi fosse lida em voz alta, aproveitando os aprendizes do conhecimento linguístico obtido na parte das *Lições*. Abaixo citamos um fragmento de um dos exercícios:

III

Exercício sobre os verbos: apanhar, procurar, levantar, assar, cozinhar, aquecer, lavar, ter vergonha, esperar, ir, vir, levar, mandar; de manhã, de tarde, meia-noite, etc.

O que é que aquelle camarada quer fazer? Māhata nhahã camarára omunhã putári? — Elle quer apanhar uassahy: Ahé opou putári açahi. — Você quer ir vêr caça? Recicári putári será cuú? — Não, eu quero ir procurar peixe: Intimahã, xa cicári putári pirá. — O que você quer levantar? Māhata re umpuãmo putári? —

(CM, 1876, p. 96)

Há ainda no curso 23 lendas indígenas, escritas em tupi, sendo cada linha traduzida imediatamente para o português, e, após cada lenda, há uma tradução completa da mesma em português. Estas correspondem a atividades de leitura nas duas línguas a fim de ensinarem a língua portuguesa para os selvagens. Vejamos um fragmento:

XVI

MICURA IAUARATÉ

A raposa e onça

O pensamento desta lenda é o seguinte: Quem é precavido não cahe em poder do seu inimigo.

Iauaraté ocema ramé quára çui, onhehé :
'A onça sahio quando cova da, disse :
— Cuhre xa çô xa u micura. Oçô
— 'Agora eu vou eu comer a raposa. Foi
ocicári ahé. Ouata oikó cahá rupí,
procurar ella, Andando estava mato pelo,

(CM, 1876, p. 247)

O método do curso foi redigido de maneira que, “independente de aprender o tupi, todas as pessoas, que [soubessem] ler e que estive[ssem] em contacto com o selvagem, [pudessem] ensinar ao mesmo selvagem a fallar o portuguez.” (CM, 1876, na Advertência).

Conforme orientação de Couto de Magalhães, toda e qualquer pessoa que dependesse do trabalho do selvagem deveria ler ou mandar que lessem para este a parte que vai das *lições*, dos *exercícios*, até chegar às *lendas*, “lendo primeiro o *tupi*, e depois o português correspondente, nome por nome, oração por oração”, afirmando que todos ficariam surpresos com a rapidez com que o selvagem aprenderia a nossa língua (CM, 1876, p. XLIV).

Conforme relato do autor, o tupi ou nheengatú era compreendido pelos índios no interior do país⁴, e o intérprete teria a função de fazer a comunicação entre estes e brancos, promovendo o aprendizado do português. Couto de Magalhães compreendia que

96

Esse corpo [...] seria um auxiliar prestimoso para nossas colonias militares, para nossas populações das fronteiras, para as expedições que quizessemos mandar ao interior, e para proteger nossas communicações interiores, as quaes, repito, para as duas grandes bacias do Prata e do Amazonas que estão a mercê do selvagem... (CM, 1876, p. XXXIV).

Desse modo, para conquistar, primeiro, os dois terços de terra ainda nas mãos dos selvagens, assegurando, conseqüentemente, as comunicações entre as bacias do Prata e do Amazonas e um futuro de relações mais pacíficas com os autóctones, a opção era ensinar a língua a esses nativos, seguindo os passos dos primeiros jesuítas que aprenderam primeiro a língua do índio para depois ensinar a sua. “Methodo a empregar para amansal-os por intermedio das colonias militares e do interprete militar” (CM, 1876, Capa). A compreensão era de que, para evitar prejuízos à nação brasileira, era preciso “Domesticar os selvagens ou fazer com que elles nos [entendessem]” (CM, 1876, p. VIII), a fim de assimilarem a nacionalidade cristã.

Couto de Magalhães, ao ser encarregado de organizar o serviço de catequese no Araguaia, sugeriu que seu projeto de ensino da língua portuguesa fosse implantado ali, tendo sido então o intérprete indígena aproveitado para auxiliar os religiosos missionários na conversão/civilização dos índios, do mesmo modo que fizeram os jesuítas antigos. Chegou a fundar o *Colégio de Línguas Princesa Imperial Dona Isabel* para a educação de crianças indígenas em 1871 (JORGE, 1970), o qual foi criado sob a proteção da Princesa Isabel, seguindo o plano de “educar meninos selvagens que, continuando com o conhecimento da

⁴ “Muitas linguas se fallam nesse immenso paiz, mas, sem a menor contestação, o tupi ou nheengatú é a lingua geralmente entendida.” (CM, 1876, p. XLI).

língua materna, [seriam] nossos intérpretes” (CM, 1876, p. 94). Esse colégio, segundo o autor, contava com 52 alunos indígenas, com representantes de todas as tribos do Araguaia.

No entanto, para Couto de Magalhães, qualquer cidadão que falasse português poderia ser um intérprete, convertendo-se em um *catequista* e atendendo aos interesses do seu comércio ou indústria.

O lugar do intérprete nesse momento histórico no interior do Brasil é explicado pelo autor como um *meio prático* já empregado por outras nações para civilizar povos colonizados. Portugueses e espanhóis se utilizaram de três instituições importantes para colonizar, as quais foram: colônia militar, intérprete e missionário. No interior do Brasil, no século XIX, havia a colônia militar e os missionários para ensinar a fé cristã, mas não havia a pessoa do intérprete.

4 Considerações Finais

Entendemos que o projeto do autor discutido aqui se funda dentro do pensamento nacionalista da intelectualidade brasileira e da busca pelo desenvolvimento industrial e comercial dentro de uma monarquia. Era preciso tirar uma grande parcela de índios do seu modo de vida selvagem, a fim de inseri-los na sociedade civilizada, pois esse modo de vida era um atraso inaceitável para a nação brasileira, que estava se fortalecendo, se desenvolvendo como nação. Era preciso trabalhar para desenvolver a nação, para civilizar e povoar o interior, para produzir riquezas, para criar uma unidade nacional.

E, naquele momento, o ideal romântico do conceito de nação homogênea era um povo, em um território, falando uma única língua. Assim, entendemos que a proposta de ensino de língua portuguesa aos índios do interior do Brasil não só promoveria a exploração das riquezas do interior do país, ajudando no desenvolvimento do novo estado-nação, como atenderia à busca por uma unidade/identidade nacional, com a língua portuguesa sendo falado por toda a população.

Naquele momento, segundo Couto de Magalhães, monarquista e cristão, tal proposta se justificava não só pela necessidade econômica e administrativa, mas também humanitária, por acreditar ser necessário educar o selvagem, tirando-o da ignorância. Assim, compreendemos que a proposta de ensino de língua portuguesa para os índios do interior do país exemplifica uma política da coroa e da igreja bastante comum em terras brasileiras.

No século XIX, as já explicadas necessidade de desenvolvimento e reafirmação da unidade nacional levaram então Couto de Magalhães, um homem bastante conhecedor da realidade do interior desde o Grão-Pará, passando por Goiás e chegando ao Mato Grosso, a se dedicar à defesa de seu projeto de ensino de língua portuguesa para o selvagens para com o fim único de contribuir para a formação do novo estado-nação; chegando a colocar em prática parte de seu intento, em nosso entendimento, com a fundação do *Colégio de Línguas Princesa Imperial Dona Isabel* em 1871. No entanto, nos estudos feitos até o momento não encontramos ainda evidências de que seu projeto tenha ao menos sido iniciado nos termos propostos pelo autor a partir da formação de intérpretes militares.

Ainda há muito o que pesquisar sobre a colonização (linguística) ocorrida no interior do país nos documentos manuscritos dos séculos XVIII e XIX.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, L. F. de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, L. F. de (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

COUTO DE MAGALHÃES, J. V. *O Selvagem*. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.

COTRIM, G. *Fundamentos da Filosofia – História e grandes temas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

COUTINHO, A. O movimento romântico. In: _____. *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 1999.

FAUSTO, B. O segundo reinado. In: _____. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. da USP, 2000.

JORGE, M. *Couto de Magalhães: a vida de um homem*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1970.

MACHADO, M. H. P. T. (Org.). *Diário Íntimo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NEJAR, C. O primeiro Romantismo brasileiro. In: _____. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

VERÍSSIMO, J. Os predecessores do Romantismo. In: _____. *História da Literatura Brasileira – de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. São Paulo: Letras e Letras, 1998.